

UMA VISÃO GEOGRÁFICA ACERCA DA QUESTÃO AMBIENTAL*

Adma Hamam de Figueiredo**
Cesar Ajara**

Colocada no centro do debate mundial neste final de século, a questão ambiental permeia o largo espectro de discussão acerca da própria sobrevivência da humanidade, dado o elevado grau de comprometimento das condições ambientais decorrente da forma e do ritmo de utilização do avanço tecnológico alcançado no processo de apropriação da natureza pela sociedade.

É nesse sentido que a discussão referente aos pressupostos do atraso tecnológico pré-moderno, derivado da incapacidade dos meios de produção de extrair e de transformar os recursos naturais, foi contemporaneamente redirecionada no sentido da focalização do esgotamento desses mesmos recursos através do emprego, pelo mundo moderno, das novas tecnologias com características extratoras potenciadas.

Uma perspectiva adicional a essa discussão diz respeito à espacialidade do comprometimento das condições ambientais. A superação da falácia contida na abordagem da questão ambiental, posta em termos de so-

ciudades assentadas em economias centrais e periféricas, torna-se essencial no sentido de apontar para uma visão global acerca dos grandes problemas que comprometem a morada do homem. Com efeito, esforços isolados dirigidos para a solução de problemas emergenciais de abrangência espacial restrita não se têm constituído em respostas eficazes no que tange à preservação dos ecossistemas existentes, deixando configurada a necessidade de uma apreciação espacialmente articulada das principais questões ambientais que afligem a humanidade.

Igualmente importante para a abordagem da questão ambiental é a visão que, rompendo com a estreiteza tão comum da postura setorializada do problema, passe a privilegiar a dimensão em área da questão ambiental. Nesse sentido, a multiplicidade de inter-relações e articulações de atributos vinculados ao comprometimento ambiental numa dada área é mais claramente apreendida e descoberta-se em indicativos de soluções, quando encarada sob a ótica dos processos so-

* Recebido para publicação em 19 de outubro de 1980. Este Artigo foi aprovado e indicado pelo Departamento de Geografia - DEGEO.

** Analistas Especializados em Geografia, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ciais que engendram a historicidade dos fenômenos em causa.

Nessa ordem de idéias ressalta-se a impossibilidade da apreensão da problemática ambiental descoladamente da ação humana em suas diversas configurações. Homem e natureza, ao serem entendidos de forma articulada, numa rejeição à relação de exterioridade que permeia grande parte das considerações da questão ambiental, afiguram-se como um caminho essencial à abordagem de tal questão.

Essa postura, na medida em que envolve o resgate da unidade da Geografia, ao procurar abordar a relação sociedade-natureza como foco do comprometimento das condições ambientais, supera o reducionismo presente em relações analíticas do tipo homem/meio, homem/homem, responsável ora por esquemas funcionalistas, ora por um determinismo social igualmente estéril.

A proposta aqui contida é a de que a questão ambiental seja contemplada de forma globalizante, apoiada num conceito de meio ambiente próximo ao de espaço geográfico, uma vez que as instâncias natural e sócio-econômica ensejam níveis de preservação e/ou de degradação inerentes à própria forma de organização da sociedade no território, anulando, deste modo, a dicotomia freqüentemente posta entre Economia e Ecologia. Cabe ressaltar que mesmo as condições gerais de atmosfera e do subsolo estão associadas ao patamar tecnológico alcançado e/ou transposto para uma dada organização do território.

Na realidade, a análise da questão ambiental passa não somente pelas instâncias econômica e ecológica, mas, especialmente, pela política, aqui entendida tanto no que toca às relações que permeiam o tecido social quanto no que respeita ao uso político do território. Assim, a problemática ambiental é, também, uma problemática geopolítica, visto que as ações pensadas no âmbito do planejamento oficial materializam-se, no território, em formas distintas de apropriação e de organização.

As ações, quaisquer que sejam, destinadas a solucionar situações emergenciais passam, necessariamente, pela definição da problemática específica a um dado território, referenciada às escalas de operação dos diferentes processos e às forças políticas que os conduzem e lhes dão suporte.

É justamente nesse sentido que cabe repensar a forma pela qual a questão ambien-

tal tem sido enfocada no bojo do planejamento oficial, com manifestações distintas nos diferentes sistemas econômicos e regimes de governo. A prática corrente tem sido a de se privilegiar a ação setorializada respaldada, via de regra, em estudos de caráter meramente inventarial, pressupondo indicações de uso com base em pretensas "vocações naturais" derivadas de considerações restritas ao sistema natural. Tal prática minimiza o fato de que as pressões direcionadas ao uso desses recursos não se configuram numa relação linear, estando, antes, associadas a movimentos específicos dos processos que guiam a apropriação dos mesmos em tempos e de formas historicamente determinadas e, portanto, diferenciadas no espaço.

Adicionalmente à simples indicação do uso potencial dos recursos naturais, propõe-se a identificação das convergências e divergências entre uso potencial e uso efetivo dos recursos naturais, à luz do processo de incorporação de um dado território e tendo como referência o nível tecnológico e os diferentes agentes e atores envolvidos.

A espacialidade da questão ambiental assume, assim, antes de mais nada, um caráter diferenciado em função da especificidade atribuída aos diferentes segmentos espaciais, transmitida, entre outros, pelos diversos agentes sociais que ali atuam. Nesse sentido, a problemática ambiental no Brasil reproduz, em diferentes níveis e escalas, manifestações concretas de formas específicas da organização do espaço geográfico nacional, sendo, portanto, possível constatar problemas ambientais tanto em segmentos espaciais com estruturas já cristalizadas, ocorrentes no Centro-sul do País, quanto naqueles em processo de consolidação dos quais sobressai a Amazônia. Nesta, o ritmo e a intensidade da incorporação do território ocorreu, via de regra, de modo desordenado, degradando o meio físico e desarticulando a economia regional.

No Centro-sul, a intensificação das relações inter-setoriais opera um movimento de crescente articulação entre os interesses do segmento urbano-industrial com aqueles provenientes de um setor rural modernizado, que constitui cada vez mais um mercado cativo de produtos industriais. Nesse contexto, emerge a formação de um padrão agrário moderno, onde os problemas ambientais assumem características específicas vinculadas ao uso continuado e, via de regra, intensivo, de máquinas e insumos industriais. Ao pa-

drão moderno estão, também, vinculadas mudanças na estrutura fundiária e de posse da terra e nas relações de trabalho, ocorridas ao longo do processo de modernização da agricultura e que se concretizaram regionalmente no crescimento desordenado dos centros urbanos ou em conflitos localizados pela posse da terra.

Ao lado disso, a própria concentração urbano-industrial gera desequilíbrios ambientais inerentes ao adensamento populacional e industrial em grande escala, tais como o saneamento básico, e a poluição atmosférica e dos cursos de água, que afetam diretamente o bem-estar de grande parte dos residentes urbanos.

Diferentemente do que ocorre nas áreas de estrutura espacial já cristalizada do Centro-sul, a existência de vastas extensões de terra, a serem efetivamente incorporadas à produção, faz da Amazônia um palco de contradições sociais agudas, onde sobressaem as questões ambientais. Induzida contemporaneamente pelo Estado, a incorporação dessa região à fronteira de recursos do País processou-se desordenadamente, trazendo a degradação de seus ecossistemas com a desarticulação da "economia natural" da população aí residente.

A passagem de um grau muito baixo de ocupação demográfica e econômica, centrada no extrativismo e na pesca, para um patamar de novas atividades de escala e tecnologia de operação fundamentalmente diferentes, porque articulado a novas características de demanda, passou a comprometer, de modo significativo, as condições naturais da Amazônia.

A degradação do meio ambiente efetuouse, basicamente, em função do ritmo e da extensão com que se processaram as novas formas de ocupação, associadas aos empreendimentos implantados na região e/ou às formas "espontâneas" de ocupação intensificadas ou mesmo incentivadas pela política de ocupação de caráter desenvolvimentista e para fins de "segurança nacional" aí praticada a partir da década de 60.

Com diferentes níveis de impactação ambiental, a abertura de estradas, a colonização oficial e privada, os projetos agropecuários e hidrelétricos, a extração mineral e vegetal "modernas" e a aceleração da urbanização acabaram originando problemas comuns, dentre os quais destacam-se o desmatamento, o comprometimento dos cursos de água, a retração étnica e cultural dos po-

vos da floresta, a ocorrência generalizada de conflitos pela posse da terra e a falta de saneamento básico nos núcleos urbanos.

Neste ponto, cabe ressaltar que a questão ambiental na Amazônia confunde-se com o próprio movimento de disputa pelo acesso e uso da terra pelos diversos agentes sociais e econômicos que a reivindicam, de forma mais ou menos organizada, destacando-se aí as comunidades indígenas e outros segmentos da população regional que ocupavam secularmente esse território e que lutam pela própria sobrevivência de seu povo.

A expansão da fronteira de recursos na Amazônia corresponde a momentos específicos da intervenção do Estado e da atuação localizada de diferentes agentes que, de alguma forma, romperam as condições gerais de isolamento e fraca densidade econômica, prevalentes nas atividades tradicionais existentes anteriormente, criando um movimento de pressão em torno da terra que passa a expressar, crescentemente, a atuação desses agentes.

Corolário do processo de incorporação da fronteira amazônica à economia nacional e internacional, a pressão sobre a terra é um elemento fundamental na compreensão dos padrões de impactação ambiental aí ocorrentes. O quantitativo, a diversidade e a capacidade de intervenção dos diferentes agentes econômicos, envolvidos na apropriação e uso do território amazônico, contingenciam o padrão atual e sinalizam a expectativa de antropização futura dos diferentes segmentos espaciais dessa vasta região.

Nesse sentido, a abordagem regional constitui um mecanismo eficaz de entendimento da impactação ambiental, uma vez que a vastidão amazônica produziu uma ocupação dispersa, ocorrendo diversidade de situações localizadas, atreladas à própria dinâmica com que se processou a articulação desse território e de seus subespaços, ao resto do País.

A viabilização metodológica de tal abordagem requer o uso de diversas escalas de análise, no sentido de dispensar um tratamento diferenciado às especificidades regionais construídas no curso de um processo de incorporação, que submete diferentes ecossistemas aparentemente homogeneizados pela cobertura florestal.

Com o propósito de deixar a descoberto a heterogeneidade ambiental existente na Amazônia, esse procedimento analítico mostra-se mais adequado do que o tratamento linear dado pelos inúmeros "levantamentos"

realizados nessa região, que acabaram por encobrir sua complexidade espacial ao mesmo tempo que indicavam a reprodução de usos semelhantes aos experimentados em outras partes do País, em condições naturais fundamentalmente diferentes.

A representação, com maior detalhe, das áreas de acentuado antropismo vis-à-vis àquelas onde a ação do homem é pequena ou não coloca em risco seu equilíbrio ambiental, minimiza, além disso, o elevado custo operacional de se empreender o conhecimento de uma área de cerca de 5 000 000 km².

Com o detalhamento do sistema natural privilegiando a análise conjunta das interações existentes entre seus atributos bióticos e abióticos, procura-se ressaltar a dinâmica, mais do que o comportamento fragmentado, de cada elemento do quadro natural.

Finalmente, a análise dos diferentes tipos de intervenção humana, interagindo em sistemas naturais previamente definidos pela interseção de seus elementos, forma a base da correlação entre os atributos naturais e as formas de apropriação do território, determinando, qualitativamente, os níveis de impactação e os problemas ambientais resultantes.

Quando se observam as graves distorções ocorridas ao longo do processo de incorporação de segmentos do espaço amazônico à produção, chama atenção o caráter quase sempre irreversível dessa ocupação e da ruptura causada na dinâmica ambiental. Ressalta-se, também, a necessidade de revisão desse processo, no sentido de encontrar alternativas aos pressupostos usualmente aceitos de um desenvolvimento baseado no crescimento cumulativo de forças produtivas, que sejam capazes de viabilizar o crescimento auto-sustentável da região.

Nesse sentido, à negligência no trato da questão ambiental demonstrado pela ação governamental na condução da ocupação "a todo custo" da fronteira interna do País nas últimas décadas, opõe-se, hoje em dia, a necessidade de se encaminhar uma variedade de respostas contingenciadas pelos ecossistemas naturais, que substitua a promoção de uma "opção única de desenvolvimento". Uma resposta regionalmente construída, que respeite a complexidade espacial derivada dessa ocupação e preserve, tanto quanto possível, as áreas ainda intocadas, coloca-se, assim, como uma via ecologicamente sustentável para a Amazônia.

O avanço da fronteira de recursos no espaço amazônico é uma seqüência de fixos (cidades, estradas, empresas, colônias, hidrelétricas, etc.) e fluxos (associados à circulação geral da força de trabalho e da produção) ali existentes, segundo a lógica conduzida pelo Estado, desencadeando movimentos induzidos e espontâneos de ocupação desse território.

Iniciada, de forma sistemática, com a abertura da Belém-Brasília na década de 60, a ocupação da Amazônia Oriental é, de longe, aquela que resultou na impactação mais intensa do meio ambiente, tanto no sentido da extensão da penetração do homem em direção ao interior da floresta tropical úmida, quanto no sentido da verticalização (e do grau de capitalização) dos investimentos aí realizados no setor industrial.

Sujeito, nas últimas décadas, à ação de uma multiplicidade de agentes econômicos favorecidos pelos mecanismos oficiais de incentivo a empreendimentos agropecuários em áreas de fronteira, além de ter seus recursos minerais, madeireiros e hidrelétricos reavaliados contemporaneamente, o flanco oriental da Amazônia reúne grandes investimentos públicos e um capital fixo de porte.

O impacto ambiental de tais intervenções humanas não afeta apenas o local da mina, a área desmatada, o sítio da planta industrial ou ainda a área inundada pela represa. Ele repercute também, e de forma ameaçadora, porque muitas vezes ainda desconhecida, sobre a dinâmica de diversos ecossistemas e gera pressões sobre uma população já extremamente móvel, causando o aparecimento e/ou o crescimento desordenado de formas urbanas.

Em tais circunstâncias, encontra-se aí concentrada a maior parte dos fluxos e fixos existentes na fronteira amazônica, formando, pois, o subespaço por excelência para se estudar os desequilíbrios ambientais e empreender a recuperação regenerativa das áreas em desequilíbrio, assim como projetar uma ocupação ecologicamente sustentável do interior dessa vasta região.

Ao abranger o oeste maranhense, o Tocantins e a porção oriental do Pará, a Amazônia Oriental abarca áreas de cerrado, de vegetação de transição (zonas de tensão ecológica) e de matas, permitindo uma diversidade no que se refere ao uso do solo, que vai desde adaptações bem-sucedidas de espécies às condições de cerrado, como a soja e o arroz irrigado no Maranhão e no Tocan-

tins, até verdadeiros desastres como a implantação da pecuária em áreas de mata de terra firme no sudeste paraense.

A necessidade de se rever o uso da terra nessa área passa, entre outros, pela revisão do mecanismo de incentivos governamentais (temporariamente suspensos) dentro de uma política ampla que contemple, também, a questão da tecnologia empregada e o próprio tamanho dos projetos incentivados. A médio prazo, impõe-se, contudo, a recuperação das áreas degradadas de inúmeros projetos agropecuários que se encontram atualmente abandonados.

Ao lado do uso, o acesso à terra é o outro vetor da problemática ambiental na Amazônia Oriental. Situações latentes de conflito social refletem o choque entre correntes espontâneas e induzidas de ocupação desse território, acirradas pela mercantilização das terras devolutas. Com efeito, a disputa pela posse da terra gerou aí focos permanentes de conflitos fundiários envolvendo posseiros, fazendeiros, colonizadores e grileiros.

Além disso, a presença da província mineralógica de Carajás criou não somente condições materiais de suporte à expansão de atividades produtivas, como projetou expectativas de valorização ligadas ao potencial mineralógico de áreas ainda inexploradas. A aquisição de terras por empresas de mineração aumenta, assim, a especulação sobre as áreas imediatas a Carajás, acrescentando um novo fator de pressão sobre a terra.

A invasão de terras indígenas por garimpeiros, mineradoras, madeireiras, além de fazendeiros e posseiros, constitui um foco de pressão permanente no sudeste do Pará, tornando mais complexa a questão fundiária.

Com efeito, a preservação de grandes áreas indígenas possui um significado singular na Amazônia Oriental, uma vez que a grande extensão que ocupam bloqueia, de algum modo, a interiorização de frentes que se deslocam, com maior ou menor intensidade, a partir da Belém-Brasília e já atingem a bacia do Xingu, formando um cinturão onde é crescente o desmatamento, a garimpagem e o adensamento populacional, que forma um contínuo ao norte com o complexo de atividades em torno de Carajás.

Em direção ao interior do espaço amazônico sobressai, ainda hoje, a antropização derivada da colonização oficial do INCRA, ao longo do eixo da rodovia Transamazônica e dos travessões que sustentaram os assentamentos agrícolas. As dificuldades e des-

vios em relação aos objetivos iniciais desse projeto servem de reflexão a toda e qualquer política de intervenção oficial nesse espaço, que não leve em conta, entre outros aspectos, os traços culturais das populações para lá deslocadas, em sua maior parte desconhecedoras de formas de manejo adequadas aos ecossistemas florestais.

Se a intensidade e crescente diversidade de acesso e uso da terra tornam complexa a problemática ambiental na Amazônia Oriental, na porção meridional (norte mato-grossense) e ocidental (eixo da BR-364) da Amazônia Legal, uma outra composição de interesses e um outro momento marcou o processo de incorporação do espaço, resultando, assim, um quadro específico de compreensão da relação homem-natureza.

A expansão da fronteira agrícola ocorrida no curso do processo de modernização da agricultura brasileira na década de 70 foi o grande vetor da transformação ambiental da porção meridional da Amazônia Legal.

Da intensidade e forma como se desdobra a expansão da fronteira agrícola resultaram danos aos recursos naturais e consequências macroecológicas ainda pouco conhecidas. Aí o desmatamento em larga escala da vegetação original de cerrado, mata e das frágeis zonas de transição vegetal, precedendo a ampliação horizontal da área agrícola e/ou a comercialização da madeira, conjugou-se com problemas decorrentes do uso de insumos e máquinas e de práticas agrícolas modernas pouco adaptadas aos recursos pedológicos ali existentes, levando, em muitos casos, ao rápido esgotamento da fertilidade dos solos.

No nordeste mato-grossense, a coexistência de formas diferenciadas de organização da produção, no bojo do movimento de ocupação da fronteira, criou uma situação de tensão social constante entre o grande produtor capitalizado, proveniente do Centro-sul, e o pequeno agricultor sem título da terra, deslocado em frentes agrícolas espontâneas. Já no Norte do Estado, a implantação de núcleos de colonização de iniciativa privada consolidou um controle mais rígido de acesso à terra. A exploração de garimpos na região de Peixoto de Azevedo constitui um enorme risco ambiental a esse território, comprometendo, ainda mais, a dinâmica do sistema natural, ao mesmo tempo que introduz elementos desestabilizadores na estrutura sócio-econômica das áreas próximas, com

implicações na degradação da qualidade de vida de seus habitantes.

A mais recente área de intenso antropismo em grande extensão territorial da Amazônia Legal constitui aquela abrangida pela ocupação desencadeada pela abertura da BR-364. Com efeito, este eixo de penetração na Amazônia Ocidental suportou a migração maciça de produtores expulsos pela modernização da agricultura no sul do País, a partir de meados da década de 70.

As condições gerais de assentamento desses migrantes rurais, seja através de frentes espontâneas ou pela colonização predominantemente oficial (Rondônia) ou ainda, como no Acre, de ocupação conduzida primordialmente por médios e grandes produtores, marcaram o sentido geral da impactação ambiental.

Nesse contexto, destaca-se a rapidez com que se operou a destruição da cobertura florestal em Rondônia, com a malha fundiária do INCRA recortando indiscriminadamente o território estadual, sem observar as diferenças existentes quanto à sustentabilidade dos recursos naturais à prática agrícola (levando muitos projetos ao fracasso pelo esgotamento dos solos), e sem atentar para a ameaça que representa a justaposição, em uma mesma região, da pequena produção e de áreas especiais como reservas indígenas, ecológicas e outras, sem contar a eventualidade de se promover atividades predatórias no interior dessas áreas.

Tal fato torna-se particularmente preocupante quando se observa, na história recente de ocupação da Amazônia Ocidental, que a ação do INCRA não acompanha, muitas vezes, as necessidades efetivas do fluxo migratório, como em Rondônia, onde este órgão praticamente perdeu o controle sobre o processo de colonização por ele planejado.

A intensidade da impactação ambiental ocorrida, nos últimos 15 anos, em Rondônia pela indução do planejamento oficial sinaliza o potencial de risco que a continuação da rodovia BR-364, com sua possível interligação ao Peru, representa sobre as áreas ainda praticamente intocadas do Território do Acre.

Nesse estado, à ameaça aos extensos seringaais ali existentes por parte da reprodução de médias e grandes propriedades do Centro-sul, juntam-se injunções ligadas às questões de segurança da fronteira do País e, mais recentemente, aquelas ligadas a interes-

ses internacionais no sentido de viabilizar o escoamento da madeira dessa região pelo Pacífico.

A consciência do risco imediato de comprometimento dos ecossistemas do território acreano, dado o reconhecimento dos processos que conduziram à ocupação do sudoeste amazônico, anima, com o apoio da opinião pública mundial, a resistência liderada pelos seringueiros da região. Visando à preservação de seu meio ambiente, os povos da floresta propõem alternativas de ocupação, como as reservas extrativistas, voltadas à promoção do desenvolvimento auto-sustentável da região.

A presença de grande contingente de mão-de-obra móvel na fronteira amazônica constitui elemento de pressão sobre o meio ambiente em segmentos espaciais descontínuos, em função da ocorrência de jazimentos minerais, implicando uma situação de instabilidade latente, dados o ritmo e a intensidade com que se expandem as frentes garimpeiras na região.

O impacto associado à atividade garimpeira, desenvolvida, notadamente, nos rios Tapajós, Madeira, Fresco, Teles Pires, Urariçoa, Mucajá e Couto Magalhães, materializa-se não apenas no comprometimento químico (mercúrio) e físico (assoreamento) dos cursos de água, como também na deterioração da qualidade de vida das populações envolvidas. Destaque-se a destruição física e cultural das populações indígenas que se vêem abruptamente inseridas neste processo com a invasão de seu habitat, o que tem sido particularmente flagrante nas Comunidades dos lanomami, dos Caiapó, dos Sai-Cinza e dos Baú-Mekranotire, entre outros.

Outras manifestações de impactação ambiental, associadas à ocupação desordenada da Amazônia, vinculam-se à localização das formas urbanas, aqui entendidas tanto aquelas herdadas da antiga circulação associada à atividade extrativa, quanto as que foram implantadas por indução governamental, mais recentemente. Tais fixos da organização do espaço amazônico, ao servirem de suporte à movimentação da força de trabalho e à expansão e realização de atividades produtivas, já que, via de regra, interligam grandes eixos de penetração, favorecem a intensificação do ritmo de degradação dos ecossistemas existentes, constituindo a base para a incorporação de novos espaços à fronteira capitalista nacional e transnacional.

Segundo materializações distintas, o caráter desordenado da ocupação territorial na Amazônia tem acarretado o surgimento de problemas ambientais de natureza e complexidade variadas, em função do desconhecimento das reais condições de sustentabilidade e vulnerabilidade do meio físico em face do modelo de desenvolvimento em curso na região.

Nesse sentido, a elaboração de um Zoneamento Ecológico-Econômico deverá privilegiar a correlação entre os atributos da natureza e os processos e formas de apropriação do espaço, com vistas à formulação de uma Política de Ordenação Territorial capaz de compatibilizar as necessidades reais de desenvolvimento com a preservação dos ecossistemas.

Para tanto, se faz necessária não apenas a definição da problemática ambiental inerente aos diversos segmentos espaciais que integram a vasta região amazônica, como também o entendimento de que a questão ambiental é, antes de mais nada, uma questão social, o que implica o traçado de diretrizes

e ações públicas efetivamente compromissadas com a elevação da qualidade de vida das populações que habitam a região.

Tal Política de Ordenação Territorial não poderá ser descolada de uma Política de Desenvolvimento Regional, que considere a compreensão da organização do espaço geográfico nacional como base do entendimento dos processos que operam as relações entre o centro hegemônico e as regiões periféricas e que acabam por se configurar em questões ambientais.

Destaque-se, finalmente, a necessidade de se atribuir ao meio ambiente um valor patrimonial, visto que no crescente movimento de incorporação de espaços à produção, à luz da evolução das forças produtivas, as perdas patrimoniais em termos de atributos físicos, sociais, culturais ou econômicos têm sido muito pouco consideradas. Nesse sentido, cabe direcionar esforços com vistas à aferição de tais perdas, ainda que aproximadas, como forma de otimizar a utilização dos recursos naturais e de preservação das populações envolvidas.

RESUMO

Ao abordar a questão ambiental o presente estudo propõe que a mesma seja contemplada de forma globalizante, apoiada num conceito de meio ambiente próximo ao de espaço geográfico, uma vez que as instâncias natural e sócio-econômica ensejam níveis de preservação e/ou de degradação inerentes à própria forma de organização da sociedade no território, anulando, deste modo, a dicotomia frequentemente posta entre Economia e Ecologia.

Tal postura, na medida em que envolve o resgate da unidade da Geografia ao procurar abordar a relação sociedade-natureza como foco do comprometimento das condições ambientais, supera o reducionismo presente em relações analíticas do tipo homem/meio, homem/homem, responsável ora por esquemas funcionalistas assentados na relação causa-efeito, ora por um determinismo social igualmente estéril.

Desta forma, a análise enfatiza a necessidade de se romper com a estreiteza da postura setorializada do problema, passando a privilegiar a dimensão em área da questão ambiental. Nesse sentido, a multiplicidade de inter-relações e articulações de atributos vinculados ao comprometimento ambiental numa dada área é mais claramente apreendida e desdobra-se em indicativos de soluções, quando encarada sob a ótica dos processos sociais que engendram a historicidade dos fenômenos em causa.

ABSTRACT

The aim of this paper is to contribute for better understanding the environmental question based on the comprehension of processes and forms of spatial organization. In this way the relations between man and nature are emphasized as the focus of environmental problems. On the other hand, the so called fallacy between Ecology and Economy is re-thought. Regional approach is proposed as the most appropriate method for understanding the strategies of the several actors that lead environmental impact as a result of spatial occupation.